

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1338232 - DF
(2018/0192792-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BRASIL 10 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS, ADMINISTRACAO DE IMOVEIS PROPRIOS, INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO : MATHEUS PIMENTA DE FREITAS CARDOSO - DF056137
AGRAVADO : CHIANG JIN GUAN
AGRAVADO : BRENT EMPREENDIMENTOS E ALIMENTACAO EIRELI
AGRAVADO : JIN COMERCIO DE ALIMENTOS LIMITDA
ADVOGADOS : ROMILDO OLGO PEIXOTO JÚNIOR - DF028361
MARCOS DE ARAUJO CAVALCANTI - DF028560
ARTHUR SIMAS PINHEIRO - DF048314
MARCO PHILIPPO MOREIRA PACHECO - DF036959
CAIO VICTOR PAIXÃO DOS SANTOS - DF061596
INTERES. : MADEIREIRA CHAVES IND E COMERCIO LTDA
ADVOGADOS : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO E OUTRO(S) - DF018958
MATHEUS PIMENTA DE FREITAS CARDOSO - DF056137
SERGIO HENRIQUE FURTADO COELHO FILHO - DF059700

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO, ANTE A AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Em razão do princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar, de modo fundamentado, o desacerto da decisão que inadmitiu o apelo extremo, o que não aconteceu na hipótese. Incidência da Súmula 182 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti

Superior Tribunal de Justiça

e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator